



O Governo de Minas reuniu nove secretarias de estado para combater um problema que atinge mais de 12 mil mineiros com até dez anos de idade: a falta de registro civil de nascimento. Membros do Comitê Gestor Estadual de Políticas de Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica foram empossados na terça-feira (14), em solenidade realizada no Palácio Tiradentes, na Cidade Administrativa.

O comitê é coordenado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE) e tem como presidente o deputado Cássio Soares, titular da pasta. Além de desenvolver ações para erradicar o sub-registro de nascimento, o comitê vai trabalhar para acabar com a falta de documentação básica (RG,

CPF), problema que atinge um número expressivo de pessoas e que as estatísticas oficiais não alcançam.

Cássio Soares participou da solenidade de abertura e lembrou a importância de se trabalhar em prol da garantia do direito à documentação básica. “Este é um momento muito importante, visto que o governo tem se empenhado para erradicar o sub-registro de nascimento no Estado”, ressaltou.

Capacitar profissionais para atuação nas unidades interligadas de registro civil de nascimento, realizar mutirões em diversas comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas e ciganas) e estruturar unidades para emissão dos registros são algumas metas estabelecidas pela SEDESE para eliminar o problema.

Fazem parte do comitê:

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social;

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão;

Secretaria de Estado de Saúde;

Secretaria de Estado de Educação;

Secretaria de Estado de Defesa Social;

Secretaria de Estado Extraordinária de Regularização Fundiária;

Secretaria de Estado de Fazenda;

Secretaria de Estado de Cultura;

Secretaria de Estado de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e do Norte de Minas.

ATENDIMENTOS DE PROTEÇÃO À MULHER CRESCEM 37% NO CENTRO RISOLETA NEVES

No primeiro semestre de 2012, o Centro Risoleta Neves de Atendimento (CERNA) – órgão do Governo de Minas que oferece atendimentos psicológicos, jurídicos e sociais gratuitos para mulheres vítimas de violência doméstica – realizou 594 atendimentos, um crescimento de 37% em relação ao número do mesmo período de 2011. Criada em 2004, a instituição integra a estrutura da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (SEDESE).

Para o coordenador do CERNA, Diego Garzón, o aumento dos atendimentos significa que a temática vem ganhando o espaço público, o que faz com que muitas mulheres passem a ter coragem de denunciar e mudar antigos padrões.

“Temos que desconstruir o ditado que diz que ‘em briga de marido e mulher ninguém mete a colher’. Se há um problema de violência em uma relação privada, isto passa a ser uma questão pública”, afirma.

Segundo Garzón, o acompanhamento psicológico possibilita à mulher vislumbrar uma vida diferente. “Ao romper este padrão que naturaliza a violência, muitas mulheres sequer se separam, mas conseguem cessar a violência com uma nova postura”, observa o coordenador.

Um dos grandes desafios

De acordo com especialistas, a proteção à mulher vítima de violência passa por uma série de ações: a denúncia, o afastamento do agressor, as medidas punitivas e o tratamento psicológico da vítima.

Para a subsecretária de Direitos Humanos da SEDESE, Carmen Rocha, a mudança de postura das mulheres

vítimas de violência - e de toda a sociedade - é um processo longo. “Por ser um problema social construído, é um processo que leva tempo. É mais rápido mudar o comportamento de um indivíduo do que os valores sociais e morais de uma sociedade”, afirma.

Trabalho em rede

Outro fator que estimula o aumento dos atendimentos do CERNA é a atuação em rede, uma vez que a iniciativa tem o trabalho integrado a instituições como a Polícia Militar, o sistema judiciário e o Ministério Público. Assim, muitas das vítimas procuram o CERNA de forma voluntária, mas uma grande parte é encaminhada por estes órgãos parceiros.

A instituição conta hoje com 15 profissionais envolvidos em suas atividades. O centro também faz encaminhamento à Rede Estadual de Atendimento às vítimas de violência física, sexual, psicológica, moral, patrimonial e homofóbica, em cumprimento à Lei Maria da Penha.

Como acessar os serviços

Além de poder recorrer diretamente a serviços como o CERNA – que funciona na Rua Pernambuco, 1000, Savassi, em Belo Horizonte – qualquer pessoa pode acionar o Disque Direitos Humanos (0800 031 1119) para denunciar violência contra mulheres.

Nos primeiros sete meses deste ano, o serviço – que atende a todo o estado e é gratuito e sigiloso – recebeu 92 denúncias de crimes contra mulheres – número cinco vezes maior do que o registrado em 2011, quando 18 relatos foram feitos.

DISQUE DIREITOS HUMANOS REGISTRA MÉDIA MENSAL DE 328 DENÚNCIAS

O Disque Direitos Humanos (0800 031 1119) recebeu, de janeiro a julho deste ano, 2.301 denúncias contra idosos, mulheres, pessoas com deficiência, relações de trabalhos, entre outras, uma média mensal de 328 ligações. O número registrado nos primeiros sete meses deste ano supera o atingido no mesmo período de 2011, quando 2.022 ligações foram feitas.

Criado em 2000 pelo Governo de Minas, o serviço é gratuito, sigiloso, recebe ligações de todo o Estado e funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 22h. Para que a denúncia seja apurada com mais agilidade e as providências tomadas, o denunciante precisa fornecer

informações básicas, como identificação da vítima e do agressor, além do endereço completo.

Os crimes contra crianças e adolescentes foram os mais denunciados nos sete primeiros meses deste ano, com 1.426 relatos. Deste total, 542 foram para denunciar o crime de violência física dentro da própria família.

As violações dos direitos contra os idosos aparecem em segundo lugar na lista. Foram 645 relatos, dos quais 410 de maus-tratos familiares.

O Disque Direitos Humanos ainda registrou denúncias de crimes contra mulheres, cidadãos e de relações de consumo. Toda pessoa pode ajudar a combater qualquer tipo de violação de direitos humanos, sobretudo as sofridas pelos grupos como idosos, crianças e pessoas com deficiência. Basta ligar 0800 031 1119.

Os relatos recebidos são encaminhados para os conselhos e delegacias especializadas. Em alguns casos, dependendo da gravidade e urgência, até mesmo a Polícia Militar pode ser acionada.

EXPEDIENTE

Órgão oficial da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
ASSCOM - Assessoria de Comunicação
www.social.mg.gov.br - comunicacao@social.mg.gov.br
(31) 3916-8235